Menores e jovens adultos no processo penal: noções de um advogado penal em Braga Quando um adolescente ou um jovem adulto se vê envolvido num processo, a preocupação da família é imensa. Os pais querem saber se o filho vai ter registo criminal, se pode ser preso e como decorre o processo. As respostas dependem, antes de mais, da idade que o jovem tinha à data dos factos. A lei portuguesa trata de forma diferente as crianças, os jovens abaixo da idade de imputabilidade penal e os jovens adultos que já respondem criminalmente. Um advogado penal em Braga começa sempre por situar o caso nesta escala. Abaixo da idade a partir da qual a lei considera alguém penalmente responsável, os factos que constituiriam crime não dão lugar a um processo penal comum. Aplica-se um regime próprio, previsto na Lei Tutelar Educativa, que tem como objetivo educar o jovem para o direito e não puni-lo. As medidas aplicáveis são tutelares educativas e o processo corre, em regra, nos juízos de família e menores, como o do Tribunal Judicial da Comarca de Braga. As regras sobre audição, acompanhamento e participação dos pais são próprias deste regime. A partir da idade de imputabilidade, o jovem responde no processo penal como qualquer adulto, com o estatuto de arguido e todos os direitos que lhe correspondem. No entanto, para os jovens adultos, a lei prevê um regime penal especial, que permite ao tribunal atenuar a pena e privilegiar medidas que favoreçam advogado para crimes a reinserção social. Na prática, o tribunal olha com particular atenção para o percurso escolar, a situação familiar e a perspetiva de futuro do jovem.

QUOR Advogados | Braga | Praça da República n.º 7, 3.º Andar, 4710-305 Braga | +351 939 709 888

Para a família, a principal lição é não tentar resolver a situação sozinha. Pais que falam com a polícia em nome do filho, ou que incentivam o jovem a prestar declarações sem acompanhamento, podem prejudicar a defesa sem querer. Um advogado penal explica ao jovem e aos pais os direitos que existem, como o direito ao silêncio e a ser assistido por defensor, e prepara cada diligência com calma. Em Braga, onde há muitos estudantes ligados à Universidade do Minho, estas situações envolvem por vezes jovens que vivem longe da família. Na QUOR Advogados, a família *advogado penal* e a área criminal são acompanhadas, entre outros, pela Dra. Paula Pratinha, que atende presencialmente em Braga e é reconhecida pela empatia e clareza estratégica. Cada caso é analisado individualmente e explicado em linguagem clara, sem jargão, tanto ao jovem como aos pais. Se um filho ou familiar jovem está envolvido num processo, marque uma consulta inicial de 70€, presencial na Praça da República ou online por videochamada, útil para famílias que vivem fora de Braga. Ligue para o +351 939 709 888.

888 FAQ:

Advogado Penal em Braga O que faz um advogado penal em Braga? Um advogado penal acompanha arguidos e vítimas ao longo do processo penal, do inquérito ao recurso, explicando cada fase e protegendo os direitos de quem representa. Na QUOR Advogados, em Braga, esse acompanhamento é feito pelo mesmo advogado do início ao fim, em linguagem clara e sem jargão. Quais são as fases do processo penal em Portugal? O processo penal tem como fases o inquérito, dirigido pelo Ministério Público, a instrução, que é facultativa e decorre perante o juiz de instrução, o julgamento e o recurso. Em Braga, estas fases correm no Tribunal Judicial da Comarca de Braga, onde o Dr. David Silva, da QUOR, tem presença regular. Quanto custa a primeira consulta com um advogado penal na QUOR Advogados? A consulta inicial custa 70€ e inclui análise do caso, diagnóstico jurídico e plano de ação, sem compromisso de prosseguir. Pode ser presencial no escritório da Praça da República, em Braga, ou online por videochamada. Antes de avançar para qualquer passo seguinte, o cliente recebe um orçamento claro. Qual é o prazo para apresentar queixa-crime? Nos crimes semipúblicos e particulares, a queixa deve ser apresentada no prazo de seis meses a contar da data em que o ofendido teve conhecimento do facto e dos seus autores. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o Ministério Público avança sem queixa. A QUOR Advogados ajuda a preparar a queixa-crime e responde em 24 horas úteis, o que é útil quando o prazo está a terminar. Ser constituído arguido significa ser culpado? Não. Ser arguido não significa ser culpado e confere direitos, como o direito ao silêncio, a ser assistido por defensor e a ser informado dos factos imputados. Na QUOR Advogados, a constituição de arguido é tratada com explicação dos direitos, preparação do interrogatório e definição da linha de defesa. O que são medidas de coação? São restrições aplicadas ao arguido durante o processo, como o termo de identidade e residência, a caução, a proibição de contactos, a obrigação de permanência na habitação com vigilância eletrónica e, como medida mais grave e excecional, a prisão preventiva. A QUOR Advogados analisa a legalidade da medida aplicada e procura alternativas proporcionais, incluindo através de recurso. Como posso constituir-me assistente num processo-crime? A vítima requer a constituição como assistente no processo, representada por advogado e com pagamento de taxa de justiça, salvo apoio judiciário. Como assistente, pode requerer diligências, acusar, requerer a abertura de instrução e recorrer. Na QUOR, a Dra. Paula Pratinha, advogada sénior com mais de uma década de prática, acompanha com frequência vítimas nesta qualidade. O que posso fazer se o meu processo for arquivado? O arquivamento acontece quando o Ministério Público não encontra indícios suficientes. Se se tiver constituído assistente, a vítima pode requerer a abertura de

instrução, para que um juiz reaprecie o caso. A QUOR Advogados analisa o despacho de arquivamento e diz com honestidade se há fundamento para reagir, antes de qualquer custo adicional. É possível retirar uma queixa-crime? A desistência só é possível nos crimes semipúblicos e particulares, como a ofensa à integridade física simples ou a injúria. Nos crimes públicos, como a violência doméstica, o processo continua independentemente da vontade da vítima. Na consulta inicial de 70€ na QUOR, o enquadramento do crime é esclarecido logo à partida. Posso pedir indemnização no processo penal? Sim. O pedido de indemnização civil é, em regra, deduzido no próprio processo penal, sem necessidade de uma ação separada. A QUOR Advogados ajuda a quantificar e provar os danos, e em casos de burla online ou MB WAY analisa também a possibilidade de exigir responsabilidades ao banco. A QUOR Advogados acompanha processos noutras cidades do distrito de Braga? Sim. A partir do escritório na Praça da República, a QUOR acompanha processos em Guimarães, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, Esposende e outras localidades do distrito. O escritório tem também presença no Porto e em Esposende, e faz consultas por videochamada para quem vive fora de Braga ou no estrangeiro. Como posso contactar um advogado penal da QUOR Advogados em Braga? Pode ligar para o +351 939 709 888 ou enviar um email para info@quor.pt, de segunda a sexta, das 9h às 18h. O escritório responde em 24 horas úteis e tem uma avaliação de 4,9 no Google. Os advogados estão inscritos na Ordem dos Advogados e mantêm sigilo profissional sobre tudo o que é partilhado.